

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 569.041 - RS (2014/0212858-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MARPA E CASTRO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA S/C
ADVOGADOS : MARCELO DOMINGUES DE FREITAS E CASTRO E OUTRO(S) -
RS031306
FERNANDO NEGREIROS LAGRANHA - RS039052
AGRAVADO : BERGMANN E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE REZENDE MELANI - RS045155
INTERES. : SIROTSKY E CASTRO CONSULTORES ASSOCIADOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por MARPA & CASTRO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 314):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

Considerando que, diferentemente do que as rés alegam, no contrato que firmaram, a remuneração não ficou vinculada à simples prestação dos serviços, mas ao êxito que acabou não se concretizando, os honorários não eram devidos, impondo-se que restitua à parte autora os valores que lhes foram pagos por ela a esse título. Porém, tendo em vista que a contratação não garantia o resultado - apenas a remuneração estava vinculada à sua obtenção, não se pode impor às rés os ônus decorrentes do insucesso. Danos morais também não caracterizados.

APELAÇÕES IMPROVIDAS.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 328/331.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 300, 302, 303, II, 458, II e 535 do CPC/73. Para tanto, sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, que *"o contrato não previa como condição para o pagamento de honorários, que tal compensação fosse efetivamente aceita pela Fazenda Pública, ou seja, não havia pretensão que seria necessária homologação da compensação"* (fl. 342).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de*

admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

De início, não há que se falar em violação dos arts. 485 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que a questão suscitada - honorários vinculados ao êxito dos serviços - submetida ao Tribunal de origem foi suficientemente apreciada.

Com efeito, a partir de uma análise detida dos autos, observa-se que não há que se falar em obscuridade, contradição ou omissão a respeito do alegado direito de remuneração do advogado, tendo em vista que o acórdão recorrido foi minucioso na análise do conjunto fático-probatório dos autos, fundamentando seu *decisum*.

Dessa forma, não prospera a alegada ofensa aos arts. 458 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, uma vez que o Tribunal de origem adotou fundamentação suficiente no que tange ao conteúdo dos dispositivos 300, 302 e 303 do Código de Processo Civil invocados no apelo nobre.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No tocante ao alegado direito de remuneração pelos serviços prestados, nota-se que a Corte de origem, com base na análise do lastro probatório colacionado aos autos - em especial nas cláusulas do contrato firmado entre as partes - compreendeu que a parte recorrente não faz jus ao pagamento pela prestação de serviços advocatícios, pois o ajuste estava adstrito à efetivação da condição suspensiva consubstanciada no êxito na compensação dos créditos tributários, o que não ocorreu no caso concreto. É o que se extrai do trecho a seguir (fls. 318/319):

... de início, consigne-se que, diferentemente do que as rés alegam, verifica-se que, no contrato que firmaram, a remuneração não estava vinculada à simples prestação dos serviços, mas, em verdade, ao êxito nas compensações dos créditos tributários, como

se vê nas cláusulas sexta e sétima do contrato em que constou:

"Sexta Cláusula: Em remuneração aos serviços prestados, a Contratante obriga-se a pagar para a Contratada honorários de 20% (vinte por cento), conforme os valores das economias fiscais identificadas, aproveitadas (restituídas e/ou compensadas) pela Contratante, sendo que serão cobrados de forma proporcional aos aproveitamentos dos créditos e somente após o (3^o) terceiro dia útil da efetiva utilização. Sétima Cláusula: Os honorários serão pagos no momento em que forem efetivadas cada uma das compensações, relativa aos créditos objeto do presente contrato" (fls. 27-28)

Assim, não se concretizando essa previsão contratual - a não homologação das compensações restou incontroversa, os honorários não eram mesmo devidos às rés, impondo-se que restituam à parte autora os valores que lhes foram pagos por ela a esse título, nos termos em que determinado na sentença.

Porém, o fato de não ser devida a verba honorária não conduz à conclusão de que cabe às rés arcar com o pagamento dos débitos constituídos em nome da autora na Receita Federal.

Ocorre que, até em vista da natureza (que se pode inferir na sua cláusula terceira) inerente aos serviços prestados (que, em última, análise constituem obrigação de meio, até porque dependiam de decisão administrativa de órgão público ou judicial que não se pode garantir contratualmente), o contrato não garantia o sucesso na tentativa das compensações de crédito; com efeito, apenas a remuneração estava vinculada ao êxito dos serviços, caracterizando-se o ordinariamente denominado "contrato de risco".

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, para aferir a natureza remuneratória do contrato firmado entre as partes, bem como a realização da condição firmada (êxito na compensação), demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. A propósito:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. HONORÁRIOS FINAIS DE ÊXITO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. COBRANÇA DE CRÉDITOS POR FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COMPOSIÇÃO DAS PARTES. TRIBUTOS VINCENDOS. COMPENSAÇÃO. LEI ESTADUAL AUTORIZADORA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA DOS CRÉDITOS. DESNECESSIDADE. TRABALHO EFETIVAMENTE EXPENDIDO PELOS ADVOGADOS. PROPOSITURA DE AÇÃO INIBITÓRIA. INSUCESSO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE COBRANÇA DE

HONORÁRIOS. EXAME DE PROVAS COLHIDAS E INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. (...)

1. Ação de cobrança promovida por sociedade de advogados, em detrimento de uma ex-cliente, objetivando vê-la condenada ao pagamento de honorários contratuais finais de êxito que lhe seriam supostamente devidos em virtude da composição desta com a devedora de créditos de fornecimento de energia elétrica, situação que tornou desnecessária a execução do serviço profissional contratado e resultou do advento de norma estadual autorizadora de espécie de compensação com verba de natureza tributária.

2. Acórdão recorrido que concluiu pela improcedência do pedido autoral de cobrança da verba honorária de êxito sob o fundamento de que o acordo firmado entre credora e devedora foi fruto do advento de lei estadual e da ação de suas diretorias, tendo se efetivado sem nenhuma participação da sociedade de advogados autora da presente demanda que, em virtude do ocorrido, nem sequer chegou a propor a ação de cobrança do crédito, não fazendo jus, por isso e pelos termos do contrato de prestação de serviços profissionais firmado, ao recebimento de honorários finais de êxito.

3. Resultando as conclusões do acórdão recorrido (de improcedência do pedido autoral) da interpretação e da delimitação do alcance das cláusulas primeira e segunda do contrato de prestação de serviços entabulado entre as partes litigantes bem como do exame do conjunto fático-probatório carreado nos autos, inviável é a sua revisão na via especial em virtude da inarredável incidência dos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

(...)

(REsp 1574377/RJ, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 09/05/2016)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator